

LEI ORDINÁRIA Nº 1235

de 13 de dezembro de 2019

"Desafeta imóveis que especifica e autoriza o Poder Executivo Municipal a doar lotes de terreno de sua propriedade aos beneficiários de Programas de Interesse Social e dá outras providências".

O Prefeito do Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º..

Fica desafetada da classe de bens denominados A.P.M. e transferidos para a classe de bens dominicais os imóveis abaixo especificados, pertencentes a Municipalidade de Chapadão do Sul:

I - .

A.P.M. 10 .da quadra 13. no Loteamento Residencial Planalto - 1ª expansão;

II - . *A.P.M. 11.da quadra 18, no Loteamento Residencial Planalto - 1ª expansão.*

Art. 2º.

O Poder Executivo Municipal de Chapadão do Sul fica autorizado a doar às famílias beneficiárias de programas de interesse social os imóveis abaixo especificados:

I - . *Lote 01 ao lote 18. Quadra BV1, Loteamento Residencial Boa Vista;*

II - . *Lote 01 e lote 02. Quadra BV2. Loteamento Residencial Boa Vista:*

III - . Lote 15 ao lote 18, Quadra BV3. Loteamento Residencial Boa Vista;

IV - . Lote 01 ao lote 18, Quadra BV4. Loteamento Residencial Boa Vista;

V - .

A.P.M. 08. no Loteamento Residencial Boa Vista;

VI - . A.P.M. 06. da quadra 22, no Loteamento Residencial Planalto - 1ª expansão;

VII - . A.P.M. 10, da quadra 13. no Loteamento Residencial Planalto - 1ª expansão:

VIII - . A.P.M. 11, da quadra 18, no Loteamento Residencial Planalto - 1ª expansão.

Art. 3º..

Os referidos lotes serão doados às famílias selecionadas em Programa de Habitação de Interesse Social, instituído pelo Município, Estado ou União, executado com parceria do Governo do Estado e Governo Federal, com a finalidade exclusiva de contratação de moradias, em conformidade com as normas estabelecidas nos referidos programas.

Art. 4º..

A pessoa beneficiária terá o encargo de utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais.

Art. 5º..

A construção das Unidades Habitacionais nos imóveis doados nos termos desta Lei ficará dispensada de pagamento dos seguintes tributos e taxas municipais:

I - .

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para a pessoa beneficiada, na efetiva doação;

II - .

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, no período compreendido entre a contratação do financiamento e a expedição do habite-se;

III - .

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura necessárias à viabilização do empreendimento;

IV - . *Taxas referentes à expedição de alvará de construção e habite-se.*

Art. 6º. .

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de parceria com instituições públicas ou privadas para concretização de Programa Habitacional de Interesse Social.

Art. 7º..

Somente poderão ser beneficiadas pelo programa de interesse social as famílias que atendam ao estabelecido na respectiva legislação do programa instituído.

Art. 8º..

As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessárias, com contrapartidas complementares.

Art. 9º . *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Lei Ordinária Nº 1235/2019 - 13 de dezembro de 2019

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em